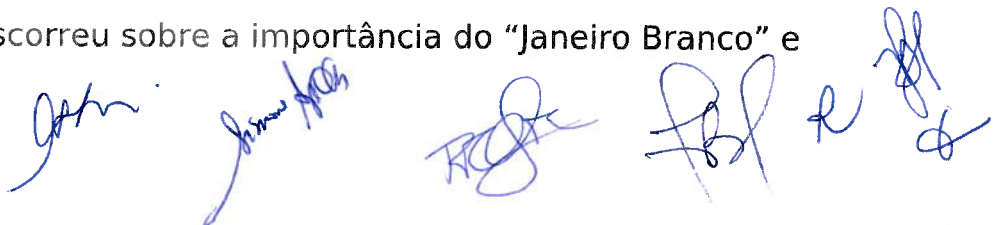


Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada em 03 de fevereiro de 2026

Ao terceiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, a partir das oito horas e trinta minutos, realizou-se a reunião ordinária na Sede do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, localizada na Rua Jorge Abrão Judar, nº 02 – Jardim América, Bragança Paulista – SP. Iniciando a reunião, com a verificação do número de conselheiros presentes: **Conselheiros presentes:** Instituto Caminhos da Luz, titular, Ermina M. Moraes, Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social, suplente, Victoria R. Gallo, ONG Projeto Rendar, titular, Nilva Zeitoun; Projeto Equilíbrio, titular Rubia Carvalho S. de Pina e suplente, Simone A.O. Bahiano; Associação dos Psicólogos de Bragança Paulista, titular, Thelma Pascucci Ferrão; Secretaria Municipal de Saúde, titular, Cristiane C. Vidiri; OAB, titular, Renata B.T. Prescendo; Delegacia de Defesa da Mulher, suplente, Fabiana B.G. Souza; **Conselheiros ausentes:** Coordenadoria de Políticas para Mulheres, titular, Andressa Januário Gezzaneo; FESB, titular, Clarice Paulina de Souza, Secretaria Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Inovação, titular, Alessandra Salomão; Segurança e Defesa Civil, titular Rutelene P. S. Carvalho; ECOA, titular, Vera Adib. **Faltas Justificadas:** Secretaria da Educação, titular Alessandra P. Tavella.

A reunião teve início com a apresentação de Ermina Mara, nova representante do Instituto Caminhos da Luz, que relatou que a entidade, embora tenha origem em um ambiente religioso (Centro Espírita), desvinculou-se institucionalmente para evitar preconceitos e acolher todas as mulheres. O instituto atua com terapias alternativas (reiki, cromoterapia) advocacia e distribuição de cestas básicas. 99% do público assistido são mulheres chefes de família em situação de insegurança alimentar ou vítimas de violência, “silenciosa-emocional”. Foi destacada a importância de cursos de capacitação (manicure e cabelereiro) para gerar renda imediata às assistidas. A conselheira Rubia discorreu sobre a importância do “Janeiro Branco” e



da saúde mental contínua. Compartilhou sua experiência pessoa com a Síndrome de Burnout (esgotamento total) alertando sobre os sinais físicos que o corpo dá quando a mente está sobrecarregada. Sugeriu a aplicação de três pontos: organização (agenda de autocuidado), pausas diárias (respiração e contato com a natureza) e válvulas de escape saudáveis (atividades de lazer sem excessos). A presidente fez uma reflexão sobre a baixa interação das conselheiras nos grupos de comunicação e a necessidade de incluir as demandas do Conselho na agenda prioritária de cada membro. Discutiu-se a dificuldade de acessar mulheres vítimas de violência dentro de instituições religiosas (igrejas e terreiros) onde estatísticas apontam altos índices de violência doméstica silenciosa. Reforçou-se que o papel do Conselho não deve ser o de impor ou julgar, mas o de informar e acolher, visando quebrar a resistência de líderes religiosos. As seguintes propostas foram votadas e aprovadas: 1) Lei do Acompanhante: intensificar a fiscalização e divulgação da lei. Ficou acordada a criação de artes para cartazes informativos a serem fixados em postos de saúde e hospitais; 2) Capacitação das Conselheiras: aprovação de busca por profissionais que possam ministrar treinamento gratuito sobre o funcionamento e regimento dos Conselhos; 3) Reuniões Itinerantes: aprovação para que a cada dois meses a reunião ordinária ocorra na sede de uma das instituições que compõem o Conselho. A próxima será realizada na Delegacia de Defesa da Mulher em abril. A presidente mencionou a existência de um selo para mulheres instituído pela Câmara Municipal e a intenção de convidar a vereadora responsável para uma de nossas reuniões. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo esta ata lavrada por mim, Thelma Pascucci Ferrão e assinada por todos os presentes.

Thelma Pascucci
Renata B. 1
Thelma
Jen.
Jen.